

**ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DA MULHER - CNDM**

1 Nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de abril de dois mil e vinte quatro, no Salão nobre
2 do Bloco K, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, foi realizada a 75ª Reunião
3 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. Estiveram presentes
4 na reunião as seguintes conselheiras: **Dia 24/04/2024 – Adélia Moreira Pessoa**, Instituto
5 Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM); **Aldinéia Machado Gomes**, Instituto Eco
6 Vida; **Alessandra Santos de Almeida**, Conselho Federal de Psicologia (CFP); **Alice**
7 **Bianchini**, Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na Luta pela
8 Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Alison Regina Mazza Lubascher**,
9 Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW-BRASIL);
10 **Andremara dos Santos**, Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na
11 Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Cecília Bizerra Sousa**, Casa
12 Civil; **Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos**, Associação Nacional de Travestis e
13 Transexuais (ANTRA); **Cleide Jane Figueiredo de Araújo**, Movimento Nacional das
14 Cidadãs Posithivas (MNCP); **Cleide Silva Pereira Pinto**, Federação Nacional das
15 Trabalhadoras Domésticas (FENATRADE); **Danielle Cavagnolle Mota**, Ministério do
16 Planejamento e Orçamento (MPO); **Denise Santos Aguiar de Sá**, Ministério da Cultura
17 (MINC); **Deusimar Corrêa**, Centro de Estudos Afro-Religioso e Cultural Rumpaimé
18 Héviosô ZÔONOKUM MEAN; **Evelin Cavalini Santana**, Articulação Brasileira de
19 Lésbicas; **Grace Fátima Souza Rosa**, Ministério da Saúde (MS); **Ivanete Alves de**
20 **Oliveira (Santa Alves)**, União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO); **Jovanna**
21 **Cardoso**, Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS);
22 **Laudelina Inácio da Silva**, Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica
23 (ABMCJ); **Luanda Pires**, Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na
24 Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Mara Luzia Feltes**, Central
25 Única dos Trabalhadores (CUT); **Maria Luiza Fonseca Valle**, Ministério do Trabalho e
26 Emprego (MTE); **Rafaela Seixas Fontes**, Ministério das Relações Exteriores (MRE);
27 **Rosângela Rosa Maria Ferreira de Melo**, Confederação das Mulheres do Brasil
28 (CMB); **Sandra Laules**, Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência;
29 **Sônia Maria Zerino da Silva**, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

30 (CNTI); **Valéria Cristina Vilhena**, Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG); **Vanja**
31 **Andrea Reis dos Santos**, União Brasileira de Mulheres (UBM); **Sandra Marrocos**,
32 Coordenadora-geral do CNDM; **Atiliana da Silva Vicente Brunetto** Assessora de
33 Participação Social e Diversidade do Ministério das Mulheres; **Ana Maria Santos**
34 **Rocha**, Assessora do Ministério das Mulheres; **Poliana Rezende Soares Rodrigues**,
35 Coordenadora do Ministério das Mulheres; **Bárbara Brenda Saraiva Barbosa**, Apoio
36 Técnico. **Dia 25/04/2024 - Adélia Moreira Pessoa**, Instituto Brasileiro de Direito da
37 Família (IBDFAM); **Aldinéia Machado Gomes**, Instituto Eco Vida; **Alice Bianchini**,
38 Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e
39 Defesa dos Direitos das Mulheres; **Alison Regina Mazza Lubascher**, Federação das
40 Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW-BRASIL); **Andremara dos**
41 **Santos**, Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na Luta pela
42 Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Berenice D'arc Jacinto**, Confederação
43 Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); **Cecília Bizerra Sousa**, Casa Civil;
44 **Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos**, Associação Nacional de Travestis e
45 Transexuais (ANTRA); **Cleide Jane Figueiredo de Araújo**, Movimento Nacional das
46 Cidadãs Posithivas (MNCP); **Cleide Silva Pereira Pinto**, Federação Nacional das
47 Trabalhadoras Domésticas (FENATRADE); **Denise Santos Aguiar de Sá**, Ministério da
48 Cultura (MINC); **Deusimar Corrêa**, Centro de Estudos Afro-Religioso e Cultural
49 Rumpaimê Héviosô ZÔÔNOKUM MEAN; **Evelin Cavalini Santana**, Articulação
50 Brasileira de Lésbicas; **Isadora de Oliveira Silva**, Ministério da Igualdade Racial (MIR);
51 **Ivanete Alves de Oliveira (Santa Alves)**, União de Negras e Negros pela Igualdade
52 (UNEGRO); **Jovanna Cardoso**, Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e
53 Negros (FONATRANS); **Laudelina Inácio da Silva**, Associação Brasileira de Mulheres
54 de Carreira Jurídica (ABMCJ); **Luanda Pires**, Notório Conhecimento das Questões de
55 Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Mara**
56 **Luzia Feltes**, Central Única dos Trabalhadores (CUT); **Maria Luiza Fonseca Valle**,
57 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); **Rosângela Rosa Maria Ferreira de Melo**,
58 Confederação das Mulheres do Brasil (CMB); **Sandra Laules**, Rede Nacional de
59 Mulheres Negras no Combate à Violência; **Sônia Maria Zerino da Silva**, Confederação
60 Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Tereza Martins Godinho**, Ministério
61 do Trabalho e Emprego (MTE); **Valéria Cristina Vilhena**, Evangélicas por Igualdade de



62 Gênero (EIG); **Vanja Andrea Reis dos Santos**, União Brasileira de Mulheres (UBM);
63 **Sandra Marrocos**, Coordenadora-geral do CNDM; **Atiliana da Silva Vicente Brunetto**
64 Assessora de Participação Social e Diversidade do Ministério das Mulheres; **Ana Maria**
65 **Santos Rocha**, Assessora do Ministério das Mulheres; **Poliana Rezende Soares**
66 **Rodrigues**, Coordenadora do Ministério das Mulheres; **Bárbara Brenda Saraiva**
67 **Barbosa**, Apoio Técnico. Faltas justificadas das conselheiras **Celina Alves Padilha**
68 **Arêas**, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil CTB e **Maria Dirlene**
69 **Trindade Marques**, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos
70 Reprodutivos. **Abertura da Reunião 24/04/2024 – Manhã**: Iniciou-se a reunião que
71 apresentou como pauta: 1. Aprovação da ata 74ª Reunião Ordinária; 2. Informes sobre:
72 Igualdade Salarial, CEDAW, Incidência em Brasília, Encontro Nacional de Movimentos
73 Sociais de Mulheres e Feministas, e Eleição do CNDM; 3. Análise de Conjuntura; 4.
74 Lançamento do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) 2024, local:
75 Auditório Tancredo Neves, Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP na
76 Esplanada dos Ministérios, Bloco T. A Coordenadora-geral Sandra Marrocos deu boas-
77 vindas a todas e justificou a ausência da presidência do Conselho. Assumiu a fala a Sra.
78 Laudelina Inácio da Silva para indicar a aprovação, por unanimidade, da ata. Em seguida,
79 informou que a Câmara Técnica Internacional, a qual preside, traria no relatório
80 apresentado no dia seguinte os informes que foram repassados pelo assessor Internacional
81 e diplomata, doutor Ezequiel, que veio das Relações Exteriores para auxiliar a Câmara
82 Técnica de Assuntos Internacionais. Informou, ainda, que a Convenção da ONU sobre a
83 Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW – sigla
84 em inglês) iria acontecer de vinte e um a vinte e cinco de maio em Genebra, onde o Brasil
85 realizaria uma revisão do Relatório Sombra, feito no governo anterior, em relação aos
86 direitos das mulheres. Sendo assim, explicou ela, esse relatório, que foi prestado pela
87 ministra anterior, teria sua atualização proferida pela Ministra Cida Gonçalves, que
88 compareceria presencialmente para poder fazer o Relatório Sombra. Seguiu informando
89 que a Câmara Técnica de Assuntos Internacionais já havia pleiteado, como em outros
90 eventos, a participação de uma conselheira da sociedade civil do pleno. Informou também
91 sobre outros eventos internacionais como: a Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos
92 Humanos do MERCOSUL (RAADH) em Bogotá, Colômbia, de vinte e um a vinte e cinco
93 de maio, no mesmo período da CEDAW, pontuando que a ministra não deveria

94 comparecer por acontecer no mesmo período da CEDAW, mas que deveria indicar
95 representante; a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL
96 (RMAAM) em Assunção, Paraguai, dia quatorze de junho; o movimento Belém do Pará,
97 dias seis e sete de junho, em Santiago, Chile, onde o Brasil assumiria a presidência; a
98 Conferência das Partes (COP – ONU) de três a dez de junho, na Alemanha. Informou que
99 estava, enquanto Câmara Técnica de Assuntos Internacionais, pleiteando que, mesmo
100 sem a presença da ministra, representantes do conselho acompanhassem a representante
101 governamental do Ministério das Mulheres nestes eventos, como também no G20, que
102 está acontecendo no Brasil e que não tem nenhuma participação das mulheres da
103 sociedade civil do CNDM. A Sra. Sandra Marrocos informou sobre o estágio que se
104 encontrava a organização do I Encontro de Movimentos Sociais de Mulheres e
105 Feministas, que contava com uma comissão organizadora que estaria, junto com Socorro
106 Sousa da Fiocruz, pensando na metodologia. Seguiu informando que o Encontro seria
107 realizado no Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos
108 Trabalhadores da Indústria, localizado em Luziânia, Goiás. Explicou a distribuição das
109 vagas para participantes, sendo sessenta e quatro para as conselheiras titulares e suplentes,
110 vagas específicas para mulheres do segmento LGBTI, sendo escolhidas em fórum próprio
111 pelas entidades que estão no CNDM, vagas para mulheres rurais e urbanas, representação
112 de todas as centrais sindicais, 135 vagas destinadas às mulheres do Mapa Colaborativo
113 das Mulheres Brasileiras, vagas para representações de todos os conselhos estaduais de
114 mulheres. A Sra. Evelin Cavalini perguntou se teria pagamento de diária e passagem para
115 que pudesse repassar informações para as participantes e verificar quem teria condições
116 de vir. A Sra. Adélia Moreira perguntou se seria preciso reservar hotel e questionou sobre
117 a participação do seu estado, pois gostaria de poder organizar uma reunião prévia e
118 discutir com os movimentos de Sergipe. A Sra. Mara Feltes informou que na comissão
119 organizadora foram definidas as 135 entidades e que seriam devidamente noticiadas para
120 que todas pudessem fazer um acolhimento e uma preparação com as pessoas para que
121 pudessem vir entendendo o objetivo do evento. Prosseguiu dizendo acreditar que o
122 Encontro seria um fechamento muito importante da atual gestão, que foi tão sofrida e
123 exerceu um papel de resistência imenso. A Sra. Andremara dos Santos alertou que seria
124 interessante focar também na Juventude para renovar e criar multiplicadoras/es nesse
125 universo, sendo essencial, para essa renovação, o uso da linguagem dessa faixa de

126 atuação. Defendeu que estamos num momento crucial de se atentar para essa realidade e
127 falar para essa faixa, porque senão, o trabalho não tem continuidade. A Sra. Sandra
128 Marrocos explicou que ela havia escolhido apenas 135 entidades do Mapa Colaborativo
129 das Mulheres Brasileiras e todas as outras haviam sido escolhidas por uma comissão.
130 Respondendo à dúvida da conselheira Evelin Cavallini, explicou que não teria pagamento
131 de diária, pois seria garantido passagem, traslado, todas as alimentações e hospedagem
132 para todas as participantes. Explicou, ainda, que o CNDM teria duas tarefas prioritárias,
133 o Encontro e a Eleição, ponderando que as decisões que são tomadas no Pleno não
134 poderiam ser mudadas nos grupos de whatsapp. Sendo assim, afirmou que quando a lista
135 das entidades participantes do I Encontro estivesse fechada, seriam encaminhados os
136 nomes das entidades, por estado, para que pudessem organizar as reuniões prévias com
137 elas. A Sra. Ana Rocha, assessora do Ministério das Mulheres, registrou uma
138 preocupação, pois de 2000 entidades do Mapa, foram escolhidas apenas cinco de cada
139 estado, sendo assim, muitas ficariam de fora. Neste sentido, considerou ser importante
140 não criar uma expectativa que não correspondesse ao objetivo, que seria alcançar os
141 movimentos menores. A Sra. Santa Alves perguntou sobre transporte de participantes de
142 Brasília e se já havia alguma articulação em Brasília. A Sra. Rosângela Rosa Melo
143 pontuou que a fala da assessora Ana Rocha foi importante para que elas pudessem
144 entender os critérios e poder se preparar melhor para quando soubessem das cinco
145 entidades do seu estado. A Sra. Sandra Marrocos reforçou que seriam encaminhados os
146 nomes das entidades para as conselheiras quando fechasse todo o trabalho e explicou que
147 o critério usado foi a regionalização, a fim de incluir as entidades pequenas. Explicou,
148 ainda, que as participantes do Distrito Federal teriam o traslado e que posteriormente
149 seria acertado um local de encontro para o ônibus. Passou-se para o último informe,
150 referente à Eleição do CNDM, sendo informado que havia uma comissão eleitoral
151 constituída e, considerando que até o momento havia apenas nove inscrições, ocasião em
152 que foi solicitada colaboração na divulgação do Edital 01/2024 CNDM. A Sra. Adélia
153 Moreira perguntou o que seria o fórum de dois dias indicados no Edital 01/2024 CNDM.
154 A Sra. Sandra Marrocos explicou que seriam dois dias de fórum virtual, sendo o primeiro
155 para apresentações das entidades e o segundo para votação. A Sra. Laudelina Inácio da
156 Silva perguntou como seria a Posse, considerando que nas outras eleições, o dia da Posse
157 era sempre realizado no último dia do pleno. Sendo assim, questionou se isso seria

158 mantido ou se aquela seria a última sessão desse conselho. A Sra. Sandra Marrocos disse
159 que era preciso seguir o cronograma que estava no Edital, explicando que a posse da nova
160 diretoria seria dia dezessete de junho, que a próxima reunião do pleno, de acordo com o
161 calendário, seria dia vinte e seis de junho e que havia expectativa de não ter essa reunião,
162 pois já iria acontecer a posse no dia dezessete, de acordo com o cronograma do Edital,
163 que não poderia ser contrariado. Disse que ainda tinha dúvida se poderia emitir passagem
164 para as conselheiras que estariam chegando para a posse e para as conselheiras que
165 estariam saindo. No entanto, informou que a Posse teria que ser dia dezessete pois já
166 estava no Edital que já estava publicado. A Sra. Laudelina Inácio da Silva perguntou se a
167 proposta seria que a próxima reunião ordinária do CNDM acontecesse nos dias quinze,
168 dezesseis e dezessete de junho, pois a atual gestão ainda tinha mais uma sessão, tendo em
169 vista que o mandato terminaria na primeira semana de julho, data em que teriam tomado
170 posse. Informou que quando tomaram posse não tiveram passagem nem diária, que foram
171 as conselheiras que estavam saindo que receberam passagem e diária. A Sra. Sandra
172 Marrocos explicou que não poderia mudar o que estava no edital, que foi dialogado
173 diversas vezes na comissão eleitoral e ratificou que no edital a posse estava prevista para
174 o dia dezessete de junho. A Sra. Laudelina Inácio da Silva disse que havia entendido a
175 respeito do que estava previsto no edital, mas pontuou que o calendário havia sido
176 aprovado pelo pleno e estaria registrado também em ata. Explicou que isso seria algo que
177 também não poderia ser alterado, sendo assim, ponderou que precisavam buscar uma
178 solução, um meio termo. Sugeriu que teriam duas alternativas, uma seria fazer um adendo
179 ao edital, a outra seria antecipar a reunião ordinária para o dia dezessete de junho. A Sra.
180 Sandra Marrocos disse que não tinha condições de fazer reunião em junho. A Sra.
181 Laudelina Inácio da Silva disse que era uma questão de bom senso, porque havia um
182 calendário aprovado pelo pleno que obedecia a atual gestão. Lembrou que quando teve
183 proposta de prorrogar a atual gestão, a Ministra disse que iria adotar o prazo final da atual
184 gestão, e esse prazo expira no final de junho e não em meados de junho. Explicou que
185 não se tratava de questão de polêmica, mas de questão legal, do que estava previsto. Disse
186 que se isso passou despercebido pela Comissão Eleitoral, que não era justo que o Pleno
187 inteiro fosse penalizado. A Sra. Chopelly Claudystton Pereira dos Santos relatou que, ao
188 longo de doze anos que estava no conselho, as últimas reuniões eram unificadas. Sendo
189 assim, vinham as conselheiras antigas para encerrar o Pleno e vinham as conselheiras

190 novas. Prosseguiu relatando que a reunião acontecia em dois dias, não tinha reunião das
191 câmaras técnicas, as novas conselheiras tomavam posse e já faziam a eleição para compor
192 as câmaras técnicas. Então, a última reunião de um mandato para o outro era uma
193 transição. Explicou que, por isso, quando foi colocado no grupo do whatsapp que o edital
194 estava publicado, chamou a atenção de que o edital deveria ter passado pelo pleno para
195 ser lido e debatido. A Sra. Sandra Marrocos sugeriu que se fizesse uma reunião
196 extraordinária no dia dezessete, em um único dia, mas pontuou que não sabia se poderia
197 comprar passagem de quem estaria saindo e de quem estaria chegando. Disse que poderia
198 fazer uma reunião virtual para dar a posse, mas que não poderia ser feita além do dia
199 dezessete pois estava no Edital, que não poderia ser questionado. A Sra. Cleide Jane
200 discordou com a proposta de autofinanciamento argumentando que muitas entidades não
201 teriam condição de arcar com as próprias despesas da viagem. A Sra. Jovanna Cardoso
202 disse que já havia visto editais, inclusive de conselhos nacionais, adiarem data de eleição.
203 Propôs que se mantivesse a Posse no dia dezessete, mas que continuassem os trabalhos
204 no dia dezoito para poder montar as comissões técnicas e aprovar pautas. A Sra. Vanja
205 Andrea propôs que, através de uma consulta simples entre as conselheiras, pudesse
206 antecipar a data da reunião para o dia da Posse, sugerindo que um dia antes houvesse uma
207 reunião e no dia seguinte a posse. A Sra. Andremara dos Santos pediu a fala por questão
208 de ordem para informar que o dia dezessete de junho era uma segunda-feira, portanto não
209 seria possível considerar a proposta da conselheira Vanja de se reunir um dia antes da
210 posse, pois seria domingo. A Sra. Mara Feltes questionou a coordenadora-geral Sandra
211 Marrocos se a questão das dificuldades de chamar as conselheiras novas e antigas seriam
212 de ordem de agenda ou financeira. Informou que na reunião da Câmara Técnica de
213 Planejamento e Orçamento observou-se que há recurso no CNDM suficiente para poder
214 trazer todas conselheiras. A Sra. Sandra Marrocos informou que não seria possível
215 acontecer em dois dias a reunião e a posse. Ratificou sua proposta de unificar reunião e
216 posse no dia dezessete de junho, acontecendo reunião extraordinária do pleno com a
217 seguinte pauta: prestação de contas das câmaras técnicas e Posse da nova diretoria. Deu
218 por encerrada a questão. A Sra. Vanja Andrea informou que havia sido solicitada uma
219 mesa com a participação do embaixador da Palestina, mas a mesa não teria sido aceita
220 pela coordenação política para que acontecesse, então solicitou-se para que fosse feito o
221 informe sobre a escuta que foi feita pela União Brasileira de Mulheres, em parceria com

222 outras entidades, das mulheres palestinas. Na escuta, as mulheres palestinas pediram que
223 as mulheres de movimento feminista e de movimento de mulheres, em todas as ações que
224 fizessem, falassem da questão que a Palestina vive hoje. A partir dessa escuta, as
225 entidades envolvidas fizeram algumas ações, como uma carta enviada para vários lugares,
226 inclusive para o governo brasileiro, com alguns apelos, o primeiro sobre as mulheres
227 assediadas encarceradas, o segundo pelo fim das armas para Israel, o terceiro sobre o
228 congelamento das relações diplomáticas, o quarto sobre a resistência da classe
229 trabalhadora, principalmente por conta do Primeiro de Maio, o quinto pela Liberdade da
230 imprensa e da comunicação, tendo em vista que várias e vários jornalistas que estão
231 fazendo a cobertura estão sendo assassinadas e assassinados, o sexto pela liberdade
232 acadêmica e científica. Em seguida informou sobre as entidades que subscreveram a carta
233 e solicitou que as conselheiras também assinassem a carta. A Sra Andremara dos Santos
234 informou sobre duas ações que tem envolvimento do Ministério das Mulheres que ela
235 recebeu na condição de atuante numa primeira Vara de violência doméstica, onde estaria
236 sendo feito um levantamento nacional conduzido pelo Fórum Nacional de Juízas e Juízes
237 de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid) e pela Secretaria Nacional
238 de Enfrentamento à Violência contra Mulheres (SENEV) do Ministério das Mulheres,
239 com o objetivo de discutir e criar procedimento específico para as medidas protetivas de
240 urgência. Neste sentido, perguntou como o conselho estaria participando e quem do
241 conselho estaria participando. Informou que em dezembro do ano passado, trinta e um de
242 dezembro, a vigência do Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio havia
243 encerrado e que no último artigo teria um parágrafo determinando que seria encaminhado
244 para o Ministério das Mulheres o relatório do Plano. Perguntou, então, sobre o andamento
245 dessa questão, considerando ser uma importante pauta o feminicídio no país. A Sra Alice
246 Bianchini informou que o CNDM estaria participando de um fórum permanente de
247 atuação em relação à Lei Maria da Penha, que havia acontecido uma reunião há cerca de
248 três semanas e que haveria outra na próxima segunda, nas quais ela seria a representante
249 do CNDM. Relatou que a primeira ação seria pensar no fluxo das medidas protetivas de
250 urgência, considerando que as mulheres têm direito à medida protetiva de urgência, mas
251 que há uma divergência muito grande dentro do sistema de justiça, pois acredita-se que
252 poderia ser uma proteção mais ágil, tendo em vista que, de acordo com o levantamento
253 feito pelo Conselho Nacional de Justiça, há estados que, entre o pedido da medida

254 protetiva de urgência e a deliberação acerca da concessão ou não dessa medida, tem
255 decorrido quatorze dias na média do estado. Informou que o Conselho Nacional de Justiça
256 estabeleceu no ano passado o Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica
257 e Familiar contra a Mulher (Fonavid), que é um fórum que agrega uma série de
258 instituições, que possui atuações muito parecidas com o fórum mencionado
259 anteriormente, no qual ela representa o CNDM. Informou que compõe o Fonavid e que
260 poderia relatar no CNDM sobre temas que estavam esquecidos durante muito tempo e
261 que não estavam sendo dados os devidos valores e que agora teria a possibilidade de uma
262 atuação forte tanto no Ministério das Mulheres quanto no Conselho Nacional de Justiça.
263 A Sra. Sônia Zerino pontuou sobre a questão da Lei 14611 – Lei da Igualdade Salarial,
264 argumentando que apesar de considerar louvável a discussão do tema no CNDM entre as
265 entidades, era preciso conscientizar a sociedade e as trabalhadoras acerca da importância
266 da lei. Informou que participou de audiência pública sobre a questão da importância da
267 mulher na indústria e falou que a situação ainda não mudou a contento, pois as mulheres
268 continuariam as primeiras a serem demitidas, as mulheres negras ganhariam menos do
269 que as mulheres brancas, mulheres ainda teriam pouca participação na gestão. Defendeu
270 que era necessária formação da sociedade sobre o que seria a lei, explicando como fazer
271 o relatório e o que se poderia cobrar da empresa, salientando que esse trabalho de base,
272 na porta da fábrica, panfletagem, ações em praças, era necessário apesar de ser difícil. A
273 Sra. Maria Luiza Fonseca Valle informou que no Ministério do Trabalho foi criado um
274 grupo de trabalho composto apenas de mulheres para elaboração de uma política nacional
275 de empregabilidade de mulheres em situação de violência e se depararam com dificuldade
276 de abordar as mulheres que nunca denunciaram e estão em situação de violência. Ao
277 mesmo tempo, no grupo de trabalho, ao discutir e elaborar o plano de trabalho, foi
278 pensado que não poderia discutir um tema para fora do Ministério se não se discutisse
279 internamente também. Esse grupo de trabalho, explicou, também vai fazer uma formação
280 interna, no Ministério do Trabalho, de todas as mulheres, e uma formação dos sindicatos
281 para exposição das questões da pauta feminista e da valorização da mulher. Explicou,
282 ainda, que o foco do grupo de trabalho é aumentar a empregabilidade de mulheres em
283 situação de violência. Informou que o grupo estaria iniciando e na fase de elaboração do
284 plano de trabalho e acredita que agentes comunitários de saúde podem ajudar nesse
285 trabalho. Informou que se pretende inserir todos os ministérios envolvidos com as pautas

286 a fim de alcançar essas mulheres. Argumentou que através da qualificação tem condições
287 de formação de mulheres não só para o emprego, mas para a consciência do nosso papel
288 na sociedade. A Sra. Alessandra Santos de Almeida informou que o Conselho Federal de
289 Psicologia estaria lançando duas referências técnicas sobre psicólogas e psicólogos
290 trabalhando na política de proteção às mulheres, com previsão de publicação para o dia
291 vinte e cinco de julho. Informou que estaria aberta a consulta pública das referências
292 técnicas para psicólogas sobre direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, nas quais seria
293 reiterado o posicionamento do Conselho Federal de Psicologia acerca da
294 autodeterminação dos corpos, contra a maternidade compulsória, do direito de escolha e
295 da posição que se espera de profissionais da psicologia que estejam trabalhando em
296 serviços de aborto legal. A Sra Mara Feltes disse que, na sua opinião, a análise de
297 conjuntura já estaria sendo feita desde os informes, quando se falou da questão das
298 mulheres palestinas. Explicou sobre seu trabalho no sindicato e relatou que a violência
299 contra mulher acontece dentro dos sindicatos, pois a mulher trabalhadora que sofre
300 violência doméstica, precisa estar no trabalho mesmo “sangrando a sua alma”, pois o
301 emprego seria sua autonomia econômica, ficando, assim, mais vítima da violência.
302 Explicou que o sindicato tenta acolher essa mulher. Disse que se sente pouco aproveitada
303 no CNDM e tem pouco conhecimento acerca das lutas que as companheiras de conselho
304 estão fazendo e que poderiam estar, cada uma no seu território, fortalecendo essas lutas.
305 Sugeriu que no próximo Triênio cada conselheira se aproprie das lutas de cada entidade,
306 para que assim se possa analisar o quanto podem contribuir de maneira mais efetiva, tendo
307 em vista a importância do trabalho das conselheiras. A Sra Santa Alves informou que no
308 Senado estava sendo votado o projeto de cotas no serviço público e que algumas entidades
309 do Movimento Negro fizeram incidência com os senadores. Disse que era preciso ficarem
310 mais atentas com os projetos que eram votados na Câmara e no Senado. Informou que
311 estava trabalhando com uma deputada baiana na Comissão de Direitos Humanos, a qual
312 estaria aberta para os movimentos, e reforçou a importância de estarem acompanhando a
313 referida comissão. Informou que a comissão estava aceitando indicações de audiência e
314 convidou as companheiras para participar no dia seis de junho da sessão sobre a violência
315 política de gênero. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos relatou que desde que
316 entrou no CNDM, sua luta era falar da importância de a Ministra de Estado das Mulheres
317 levantar a bandeira do segmento de travestis e transexuais no entendimento de mulher.

318 Comentou que no vídeo de pronunciamento da Ministra referente ao oito de março, não
319 se viu representada. Relatou que desde que entrou no CNDM fez um trabalho de
320 convencimento sobre a importância das mulheres travestis e transexuais estarem dentro
321 do conselho, mesmo que essas mulheres já estejam representadas no Conselho Nacional
322 LGBT. Considerando que temos um presidente da República que criou a Secretaria
323 Nacional de Políticas LGBTs e nomeou uma travesti para o terceiro escalão do governo,
324 sem se preocupar com o que conservadores iriam dizer, defendeu que o Ministério da
325 Mulheres assuma essa pauta, tendo em vista que somos o país que mais assassina pessoas
326 travestis e transexuais. A Sra. Laudelina Inácio da Silva disse que se sentia pouco
327 valorizada ou aproveitada. Informou que um dos trabalhos da ABMCJ era levar todos os
328 avanços para o debate, principalmente nas universidades, e enquanto coordenadora de um
329 curso de direito, tem fomentado o debate sobre igualdade salarial, através de Trabalhos
330 de Conclusão de Curso – TCC, e relatou a dificuldade de encontrar material para que
331 discentes possam procurar e desenvolver os seus trabalhos de fomentação e difusão da
332 igualdade salarial. Relatou que o tema da empregabilidade das mulheres em situação de
333 violência seria tema de seis TCC's sob sua orientação nesse semestre. Solicitou para a
334 Coordenadora-geral que verificasse a possibilidade de o CNDM elaborar uma cartilha
335 que pudesse ser distribuída nos estados. A Sra. Jovanna Cardoso relatou que no último
336 congresso do FONATRANS, em Teresina, onde reuniu 150 pessoas trans negras do Brasil
337 inteiro, o vídeo do oito de março com o pronunciamento da Ministra repercutiu muito,
338 argumentando que a Ministra segmenta as diversidades de mulheres, falando de
339 ribeirinhas e quilombolas, por exemplo, mas não traz os corpos de mulheres trans em
340 nenhum momento, a exemplo do seu pronunciamento na CSW e em outros momentos no
341 Brasil. Relembrou que Damares Alves, quando Ministra, falava em todos os momentos
342 que era defensora das mulheres trans, que as mulheres trans eram as amigas dela e que
343 ela apoiava essas mulheres, no entanto não era questionada pela extrema direita. A Sra.
344 Sandra Marrocos disse que a extrema direita estaria se organizando no mundo e que
345 apesar de termos vencido a eleição, não havíamos ganhado o governo, nem a política.
346 Defendeu que precisamos ter estratégias políticas e que acredita que o caminho seria o
347 fortalecimento dos fóruns de discussão da sociedade civil, sendo essa uma tarefa de todas
348 desde o conselho até os espaços das nossas casas. A reunião foi encerrada com a
349 informação de que o período da tarde seria dedicado à participação no RASEAM.

350 **Abertura da Reunião 25/04/2024 – Manhã:** A reunião deu início com a apresentação
351 da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais. A Sra. Laudelina Inácio da Silva
352 apresentou relato da reunião da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais (CTI) que
353 teve como encaminhamentos: Solicitação da agenda de interesse do Ministério das
354 Mulheres, no âmbito internacional, constando o calendário de janeiro à julho, sendo que
355 foi enviado um ofício à senhora Ministra Cida Gonçalves solicitando participação de duas
356 conselheiras da Sociedade Civil do CNDM, uma da CTI e uma do pleno, em todos os
357 eventos que o Ministério participará até o mês de julho; Solicitação de apresentação dos
358 casos que o MMULHERES atua no âmbito da Corte e da Comissão de Direitos Humanos;
359 Apresentação do Caderno Temático “Mulheres e Culturas” ao Ministério das Mulheres;
360 Solicitação de gravação da Ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, de um
361 vídeo de até dois minutos, para ser apresentado no 96º aniversário da Federação
362 Internacional de Mulheres de Carreira Jurídica (FIFCJ), a ser realizado em Barcelona;
363 Solicitação de participação do Ministério das Mulheres na próxima reunião da
364 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a ser realizada em Guiné-Bissau,
365 no fim do ano de 2024; Reuniões periódicas preparatórias para a 69ª Comissão sobre a
366 Situação da Mulher. Explicou que enviou o ofício para a Ministra por e-mail, e que, se
367 houvesse deferimento, a CTI já havia feito uma escala e que a escolha da representante
368 do pleno seria escolhida por e-mail. Passou a palavra para as duas conselheiras que
369 participaram da CSW apresentarem seus relatórios referentes a participação no evento. A
370 Sra. Alison Regina Mazza Lubascher agradeceu a confiança depositada em representar o
371 conselho, relatou que a experiência na CSW desse ano foi diferenciada, porque o nosso
372 governo encaminhou, na sua opinião, muitas pessoas que realmente deveriam estar lá,
373 como secretários de Estado, uma senadora e algumas vereadoras. Relatou, também, que
374 este ano, diferentemente dos anos anteriores, havia menos salas temáticas, porém mais
375 dias de pautas ministeriais, momento em que ouviram os ministros e os secretários de
376 Estado das 195 nações em quatro dias e puderam, inclusive, perceber o quanto as dores e
377 os amores são iguais. Relatou que a fala da ministra Cida Gonçalves foi sensacional, na
378 qual sentiu uma total consonância, onde puderam confirmar a necessidade da proteção
379 das mulheres e meninas, tendo em vista a quantidade de mulheres que são arrimos de
380 família em vários países, assim como aqui, exatamente as mesmas dificuldades. Disse
381 que o relatório de encerramento era muito prático, trazendo questões muito debatidas no

382 CNDM como o combate à violência, a mulher no mercado de trabalho, direitos
383 reprodutivos, do direito das mulheres nas diversas situações, a condição climática. A Sra.
384 Luanda Pires leu o relatório final da delegação brasileira: “*Em um feito histórico durante*
385 *a última sessão da comissão, sobre a situação da mulher na ONU, em Nova Iorque, foi*
386 *aprovado do documento final. Um parágrafo específico que reafirma o reconhecimento*
387 *de mulheres de descendência africana da declaração de Beijing estatuto da mulher. O*
388 *destaque do parágrafo 35 b reconhece a contribuição das meninas e mulheres de*
389 *descendência africana para o desenvolvimento da sociedade e sua necessária a*
390 *participação equitativa e igualitária em todos os aspectos da sociedade, incluindo a*
391 *questão da pobreza e o financiamento como uma perspectiva de gênero. Esse Marco na*
392 *CSW é resultado de árduas negociações desencadeadas por ativistas de organizações de*
393 *mulheres negras com apoio de organizações da sociedade civil, o conselho nacional dos*
394 *direitos da mulher, das mulheres e lideranças políticas dos governos estaduais da*
395 *Paraíba e Alagoas. Ao acolher essa linguagem, a ONU amplia seus compromissos com*
396 *as mulheres negras 23 anos depois de acordos assumidos na conferência de Durban, em*
397 *2001. Foi necessária a incidência política de duas gerações para chegar nesse*
398 *compromisso dos estados, trazendo à tona o debate e combate ao racismo patriarcal, cis*
399 *hétero normativo, pontuou Lúcia Xavier, coordenadora geral de crioula, ONG do Rio de*
400 *Janeiro. Apesar do avanço, é necessário destacar relutância e a postura resistente do*
401 *Ministério das relações Exteriores do Brasil durante as discussões. Somente após a*
402 *pressão e diálogo contínuo, incluindo com o diálogo com o Ministério das mulheres,*
403 *pessoalmente com a ministra Cida, feita por mim e pela secretária de estado do Brasil, o*
404 *reconhecimento do termo mulheres de descendência africana foi conquistado,*
405 *evidenciando a necessidade urgente de políticas inclusivas e representativas por parte*
406 *do governo brasileiro. É importante destacar ainda que as mulheres negras sempre*
407 *estiveram nesses espaços da ONU nas últimas décadas. Essa é uma importante*
408 *Conquista, mas que é inadmissível esse processo de convencimento trinta anos depois de*
409 *Beijin, disse a Nilza Iraci, coordenadora de advocacia e incidência política do Geledés*
410 *Instituto da Mulher Negra. Durante as negociações, ressaltou-se que não se tratava*
411 *apenas de uma questão de minorias, mas sim de reconhecer a significativa contribuição*
412 *das mulheres afrodescendentes, que representam a parcela majoritária da população*
413 *brasileira, totalizando mais de 60.000.000 de pessoas. Esse contingente populacional*

414 não pode mais ser ignorado ou subestimado e exige que sejam exercidas políticas
415 públicas que promovam sua inclusão e igualdade de oportunidades sem a relutância
416 deste país, composto majoritariamente por essas pessoas. Diante desse cenário, ficou
417 evidente a necessidade de uma mudança de postura por parte do governo brasileiro, que
418 precisa priorizar políticas inclusivas e representativas para todas as mulheres,
419 especialmente as descendências africanas, as LBTIs, as indígenas e todas aquelas que
420 ainda não são incluídas nos espaços de poder, reconhecendo e valorizando suas
421 contribuições para a sociedade. O Brasil não pode mais se esquivar de suas
422 responsabilidades perante a comunidade Internacional e a sua própria população.
423 Tentamos negociar ainda a inclusão do termo hate speech, ou discurso de ódio, para que
424 pudessemos utilizar como ferramenta aqui no Brasil para a proteção e desenvolvimento
425 de políticas afirmativas para as mulheres LBTIs. Não conseguimos fazer a inclusão em
426 razão dos Estados Unidos, que se opôs ao termo, mas conseguimos, por fim, inserir o
427 termo racismo climático. Participaram das negociações nessa segunda semana o
428 conselho nacional dos direitos da mulher, representado por mim, as organizações
429 Geledés, representadas por Nilza, Iraci, Maria Sílvia de Oliveira, a casa, Sueli Carneiro,
430 representada por Natália Carneiro, a ONG Crioula, representada por Patrícia Oliveira,
431 e Elida Aquino, a secretária de estado da mulher e da diversidade humana da Paraíba,
432 Lídia Moura, Maria José Silva Silva, secretária de estado da mulher e direitos humanos
433 de Alagoas, que se empenharam incansavelmente, durante os quatro dias de intensas
434 negociações, com a colaboração das católicas pelo direito de decidir, representada pela
435 Denise Mascarenhas”. A Sra. Denise Santos Aguiar de Sá falou do Caderno temático
436 sobre mulheres e cultura, explicando que este caderno teria sido criado em 2014 e agora
437 estaria passando por uma atualização, dessa forma, sugeriu que houvesse contribuição
438 das conselheiras do CNDM nessa atualização. Disse que ficou muito triste em ver poucas
439 mulheres representadas na quarta conferência de cultura, onde teve apenas uma roda de
440 conversa com a nova coordenação de cultura do Ministério das Mulheres. A Sra. Chopelly
441 Glaudystton Pereira dos Santos perguntou sobre o relatório oficial da CSW, se havia algo
442 referente à pauta LGBTI. A Sra Luanda Pires informou que no relatório da CSW a pauta
443 não entrou no texto, que inclusive houve dificuldade para falar sobre gênero por causa da
444 representante do Vaticano, do representante da Rússia e da China que se opuseram o
445 tempo inteiro. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos disse que considerava

446 importante que nos próximos encontros essa questão fosse discutida entre a comitiva que
447 fosse participar representando o CNDM, lembrando que as lésbicas e mulheres bissexuais
448 sofrem um alto número de estupros corretivos no nosso país, reforçando que o Brasil,
449 notoriamente, é o país que mais mata a comunidade trans e travesti do mundo.
450 Acrescentou que, de acordo com a ONU, a comunidade LGBTQIA+ apresenta um alto
451 índice de suicídio e uso abusivo de álcool e drogas, devido às violências que sofrem no
452 Brasil. A Sra. Luanda Pires disse que seria importante participar da construção das
453 discussões do texto zero, que são encaminhados aos países em dezembro, pois na reunião
454 na embaixada do Brasil, a representante do Itamaraty informou que nada poderia ser feito
455 a respeito do texto que já estava apresentado, tanto que a inclusão de afrodescendentes
456 teria sido uma conquista do movimento da sociedade civil organizada de mulheres negras
457 do Brasil pois, se dependesse da representação do Itamaraty não teria acontecido. A Sra.
458 Andremara dos Santos sugeriu que o conselho, dentro dessa pauta internacional, se
459 empenhasse no cumprimento das recomendações do relatório do caso Maria da Penha. A
460 Sra. Alison Regina Mazza Lubascher informou que a BPW recebeu a oportunidade de
461 incluir material, assunto para CSW, antes e em outubro já havia inscrito as suas
462 associadas. A Sra. Mara Feltes iniciou a apresentação da Câmara Técnica de
463 Planejamento e Orçamento informando que, em virtude de ser a última reunião da câmara
464 neste mandato, foi feita uma avaliação bem como foram propostas iniciativas para a
465 próxima composição da câmara. Relatou que foi avaliado que o objetivo da câmara
466 precisava ser mais bem compreendido ou reavaliado, pois o planejamento não acontecia,
467 argumentando que a câmara não havia realizado planejamento das ações do CNDM e
468 quando o fez foi ignorada. Relatou que foi muito difícil realizar a tarefa de acompanhar
469 os recursos do orçamento, bem como buscar emendas para reforçar recursos para o
470 Ministério das Mulheres, pois faltou articulação da assessoria parlamentar com a câmara.
471 Salientou que era necessária assessoria para realização da ata como era realizado
472 antigamente, bem como a definição do local, previamente, onde seria realizada a reunião.
473 Comentou que era muito melhor quando as reuniões das câmaras aconteciam todas no
474 mesmo prédio, o que facilitava, inclusive, a assessoria de acompanhar, e permitia que as
475 conselheiras de uma câmara transitassem para outras, tendo em vista que não somos seres
476 estanques, e podemos ter interesse em mais de uma câmara. Apresentou informações
477 sobre os recursos, explicando que RP2 seriam recursos de livre utilização pelo

478 MMulheres, valor R\$ 179.705.930,00. Foi sugerido que, destes recursos, uma parte, cerca
479 de 10%, fosse destinado para pequenas entidades da sociedade civil que realizam trabalho
480 de defesa e promoção de direitos das mulheres. A justificativa apresentada foi que existem
481 muitas organizações que realizam ações com muitas dificuldades. Explicou que RP8
482 seriam emendas de comissões e estariam bloqueadas pelo governo federal, valor R\$
483 144.458.435. Explicou que RP6 seriam emendas individuais e não podem ser bloqueadas,
484 sendo os parlamentares que definem o beneficiário, valor R\$ 100.038.473. Explicou que
485 RP7 seriam as emendas de bancada e não podem ser bloqueadas, valor R\$ 35.212.095,00.
486 Perguntou se teriam ações pensadas com os valores não empenhados, pois poderiam ser
487 usados para garantir a vinda de conselheiras na reunião extraordinária no dia da posse e
488 para o I Encontro de Movimentos Sociais de Mulheres e Feministas em maio.
489 Encaminhou que a próxima Câmara teria de iniciar acompanhamento do orçamento 2025,
490 e determinar os valores para a realização da nossa conferência. Sra. Chopelly Glaudystton
491 Pereira dos Santos disse que no passado contavam com trabalhadoras técnicas que
492 ajudavam na relatoria e isso contribuía na padronização dos relatórios. Sugeriu que, assim
493 como acontecia no passado, pelo menos no dia das reuniões das Câmaras Técnicas, fosse
494 solicitado apoio de outras coordenadorias. Relatou que também acontecia dos ministérios
495 que estavam fazendo parte das comissões e câmaras se responsabilizar em providenciar
496 algumas técnicas. Chamou a atenção em relação à presença dos ministérios, relatando que
497 tem um déficit muito grande de conselheiras dos ministérios que se inscrevem nas
498 câmaras técnicas, mas muitas não comparecem nas reuniões. Lembrou que o calendário
499 com reuniões definidas teria sido uma ação inédita do atual mandato e com isso as
500 conselheiras governamentais poderiam se organizar para comparecer às reuniões. A Sra
501 Jovanna Cardoso explicou que a proposta dessa possibilidade de incentivo para as
502 entidades pequenas nos recursos do Ministério foi baseada em experiências em outros
503 ministérios, a exemplo do programa de AIDS e citou também a Secretaria nacional LGBT
504 do Ministério dos Direitos Humanos, onde 10% dos recursos que são repassados para
505 estados e municípios são destinados diretamente para a sociedade civil local, pois essas
506 pessoas que estão na ponta tem muita dificuldade de acesso a recursos e fazem trabalhos
507 magníficos. Citou que o programa de AIDS do Brasil seria o programa mais importante
508 e mais atuante do mundo e que só teria assim se tornado quando o Ministério da Saúde,
509 através do seu departamento de AIDS, trouxe essa necessidade de que 10% dos recursos

510 enviados aos estados e municípios fossem alocados para editais com a sociedade civil
511 local, ou seja, instituições da base. A Sra. Cleide Jane sugeriu a verba saia direto do estado
512 para a sociedade civil. Ponderou que os editais precisam ser elaborados de modo a garantir
513 que a sociedade civil participe, sem exigir documentos que nem a Unesco exige, pois
514 nem todas as lideranças comunitárias têm toda documentação. A Sra. Adélia Moreira
515 Pessoa pontuou sobre a representação governamental no Conselho, alegando que muitas
516 nunca apareceram, causando problemas de quórum, por exemplo. Deixou como apelo que
517 no próximo conselho haja mais interação com os ministérios. A Sra. Deusimar Corrêa
518 iniciou a apresentação da Câmara Técnica de Enfrentamento ao Racismo relatando que
519 diversos apontamentos e encaminhamentos feitos na reunião de dezembro não haviam
520 sido cumpridos pois, embora aprovados pelo pleno, não foram formalizados em ofício
521 para a Secretaria Executiva do Conselho. Argumentou que não sabia que era necessário
522 oficial mesmo tendo sido aprovado pelo Pleno. Relatou os requerimentos propostos por
523 Jovanna Cardoso: a participação de representante desta Câmara Técnica nos eventos
524 internacionais da ONU; que seja assegurado um assento de uma Conselheira dessa
525 Câmara Técnica no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), a
526 participação do CNDM na Marcha das Mulheres Negras no ano de 2025 e a elaboração
527 de uma resolução conjunta do CNDM, CNPIR e Conselho Nacional de Políticas Criminal
528 e Penitenciária (CNPCP), sugerindo o “CUMPRASE” da Lei 14.532/2023. A Sra
529 Jovanna Cardoso explicou que, em razão da ocorrência de não cumprimento, pelas
530 delegacias, da Lei 14.532/2023 com a decisão do STF que equiparou LGBTfobia ao crime
531 de racismo, o Conselho LGBT publicou uma resolução para cumprir a Lei. Sendo assim,
532 propôs que o CNDM fizesse uma resolução voltada para as Secretarias de Estado,
533 determinando que os delegados obedeçam a lei de combate ao racismo. Explicou que a
534 proposta é direcionada à Câmara de Legislação e Normas para que inicie diálogo com
535 CNPIR e CNPCP para estruturar a resolução. A Sra. Deusimar Corrêa prosseguiu
536 relatando as sugestões de Andremara dos Santos: a estruturação das deliberações da
537 reunião de dezembro em ofícios a serem encaminhados à Presidência do CNDM, com
538 uma minuta sobre a premiação das empresas promotoras dos direitos das mulheres, que a
539 Câmara focasse na monitoração de uma política pública específica, como a do
540 enfrentamento ao feminicídio, tendo em vista que, de acordo com o Anuário do Fórum
541 de Segurança Pública, as mulheres negras constituem-se no maior números de vítimas do

542 feminicídio, uma resolução relacionada à questão do alto índice de mulheres negras,
543 maior que de mulheres não negras, no Femicídio. Solicitou que a representante do
544 Ministério das Mulheres no CNPIR passe a integrar essa câmara técnica e a criação pelo
545 Ministério das Mulheres, de um selo para empresas que contribuam de modo destacado
546 para a promoção do respeito dos direitos das mulheres em questões como igualdade
547 salarial, manutenção de creches, oferecimento de bolsa de estudo para as mulheres e seus
548 dependentes. A Sra. Alice Bianchini explicou que a Câmara Técnica de Legislação e
549 Normas poderia ajudar na elaboração do documento, mas que o momento de fazer a
550 transição política para saber se esses grupos que foram citados, os conselhos, tem
551 interesse de fazer essa norma em conjunto, seria uma articulação política que deveria
552 partir da própria Câmara de Enfrentamento ao Racismo. A Sra. Jovanna Cardoso informou
553 que esse tipo de documento deveria ser criado pela Câmara de Legislação e Normas e que
554 a interface ela mesma poderia fazer, tendo em vista que também é conselheira do CNPIR
555 e que iria encaminhar essa proposta para a próxima reunião do CNPIR, mas ponderou que
556 seria o conselho que deveria fazer essa busca de diálogo. A Sra. Vanja Andrea
557 parabenizou o trabalho da Câmara Técnica de Enfrentamento ao Racismo e informou que
558 a existência dessa câmara teria sido pautada pela Câmara Técnica de Monitoramento de
559 Políticas Públicas. Informou, ainda, que a referida câmara teria o prazo de um ano, mas
560 que a intenção era de que essa câmara técnica se mostrasse autossuficiente e necessária
561 como uma câmara técnica permanente. A Sra. Sandra Marrocos explicou que
562 regimentalmente o CNDM só teria quatro câmaras técnicas permanentes, sendo assim,
563 uma câmara técnica temporária não poderia ser transformada permanente
564 estatutariamente. A Sra. Andremares dos Santos disse que achava interessante que a
565 referida câmara fosse temporária, porque acredita que a pauta da mulher negra deve ser
566 transversal, contemplada em tudo, assim como a pauta das mulheres trans. Disse que
567 gostaria que voltasse uma prática do passado de convidar representantes do governo para
568 prestação de contas para todas, não limitada apenas para a câmara, pois sentia que estão
569 ficando subutilizadas e que precisavam produzir. A Sra. Deusimar Corrêa disse que torcia
570 para que a câmara fosse transformada em permanente. A Sra. Adélia Moreira Pessoa
571 pontuou que o novo conselho, que assumiria em junho, junto com as governamentais que
572 permaneceriam, teriam muito trabalho à frente, inclusive a reforma do regimento, não só
573 nessa parte que havia sido anunciada, mas também que, conforme pleiteado várias vezes,

574 o conselho tenha alternância da presidência como acontece em outros conselhos. A Sra
575 Alice Bianchini iniciou a apresentação da Câmara Técnica de Legislação e Normas
576 informando que, dos pontos que tinham como pauta, o mais urgente era a questão da
577 reforma eleitoral, destacando dois grandes retrocessos, o primeiro em relação à
578 participação de 30% de cada gênero, da lei de cotas, explicando que a reforma pretende
579 retomar à primeira edição dessa lei de cotas, na qual reserva apenas candidaturas para
580 mulheres para cada partido. Explicou que, na prática, para alguns partidos, seria vantajoso
581 dividir todo o valor do dinheiro da verba eleitoral somente entre os candidatos homens,
582 sem os 30% de mulheres. Em relação ao segundo retrocesso, apontou a questão da ideia
583 do pacto das federações, onde não seria mais necessário que cada partido tivesse 30% de
584 mulheres, pois se a federação compõe 5 partidos, por exemplo, pode ter apenas um partido
585 cumprindo esses 30%, o que significa dizer que poderemos ter partidos que não tenham
586 absolutamente nenhuma mulher concorrendo. Argumentou que, apesar de poderem
587 elaborar uma nota técnica, observaram que já existem notas técnicas sendo feitas por
588 instituições bastante relevantes. Apresentou duas notas para serem avaliadas pelo Pleno.
589 A primeira do Observatório de Violência Política contra a Mulher, Grupo Agora, Lidera
590 e Transparência Eleitoral Brasil, que são instituições sérias e que trabalham esse tema há
591 bastante tempo. Propôs que as colegas lessem e, se estivessem de acordo, poderiam fazer
592 aprovação posterior, ou poderiam deliberar no pleno, se houvesse uma confiança do pleno
593 em relação à Câmara Técnica de Legislação e Normas que analisou o documento
594 detidamente. Propôs referendar essa nota técnica. A segunda nota, feita pela plataforma
595 dos movimentos sociais por outro sistema político, trata-se de uma nota política, diferente
596 da anterior que é técnica. No entanto, relatou que a câmara avaliou que a nota estaria no
597 tom político do CNDM. Informou que o documento já possui assinaturas de instituições
598 reconhecidas e diversificadas, como Articulação de Mulheres Brasileiras, Conselho
599 Nacional de igrejas cristãs do Brasil, Elas no Poder, Geledès, Instituto Alziras, Instituto
600 Eco Vida, bem como universidades. Propôs subscrever a nota. A Sra. Sandra Marrocos
601 encaminhou para votação a assinatura das duas notas e foram aprovadas por unanimidade.
602 A Sra. Sônia Zerino apresentou a questão da autonomia econômica da mulher, ponto que
603 também foi debatido na reunião da Câmara Técnica de Legislação e Normas, relatando
604 que a Secretária Nacional Rosane Silva compareceu em uma reunião e explanou sobre a
605 questão da política do cuidado e da autonomia econômica. Falou da questão das mudanças

606 feitas pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que alterou de forma unilateral
607 a relatoria das convenções Conv. 156 OIT - Designou o deputado Marcel Van Hatten e
608 Conv. 190 OIT - Designou o deputado Eduardo Bolsonaro. Foi elaborada uma moção
609 para apreciação do pleno, no sentido de requerer à Comissão de Relações Exteriores do
610 Senado uma atenção especial na tramitação do processo de ratificação das mencionadas
611 convenções, após a apreciação foi aprovada e posteriormente ser enviada para a secretaria
612 executiva do CNDM. A Sra. Cecília Bizerra Sousa relatou que trabalhou por um tempo
613 no Conselho Nacional dos Direitos Humanos como assessora técnica e abordou sobre a
614 situação da convenção 189. Fez uma contextualização, informando que um dos últimos
615 atos da presidenta Dilma foi o envio da mensagem ao Congresso requerendo a ratificação
616 da convenção 189, que trata sobre trabalho doméstico decente. Relatou que o Congresso
617 ratificou em dezembro de 2017, em janeiro de 2018 foi encaminhada para OIT, já
618 ratificada, mas que precisava ainda da promulgação do decreto do executivo que finaliza
619 o processo de internalização da convenção. No entanto, essa convenção não foi
620 internalizada completamente por falta do decreto do executivo. Explicou que, pelo
621 legislativo está tudo certo, que foi ratificado e está em vigor, mas faltava esse último passo
622 para a internalização, que seria a promulgação do decreto do poder executivo. Informou
623 que a FENATRAD assinou no ano passado um protocolo de intenções com alguns
624 ministérios, dentre eles o Ministério das mulheres, MTE, MIR e MEC, cujo objetivo era
625 acolher uma reivindicação delas de encaminhar esse decreto para que se internalizasse
626 completamente a convenção. Informou que a etapa técnica de encaminhamento da minuta
627 do decreto já aconteceu e que só faltava a assinatura do Presidente para a promulgação
628 do decreto. Neste sentido, sugeriu que, no lugar de moção, o Conselho, tendo em vista
629 sua natureza consultiva, poderia enviar uma recomendação referendando essa convenção.
630 A Sra. Adélia Moreira Pessoa relatou sobre a questão da saúde sexual e reprodutiva,
631 informando que houve uma deliberação no sentido de elaboração de uma nota de apoio
632 para garantia de acesso aos serviços de realização de aborto seguro e oportuno, dentro
633 dos permissivos legais, a ser levado para o pleno e caso deliberado pela elaboração da
634 nota, seria elaborada pela câmara e submetida à apreciação para as conselheiras por e-
635 mail. Argumentou que era inadmissível que continuasse essa falta de serviços de
636 atendimento à mulher, especialmente a mulher vítima de estupro, alegando que,
637 atualmente, temos mais de 7000 meninas que pariram com menos de quatorze anos.

638 Explicou que não se tratava de dizer que somos a favor do aborto, mas que somos a favor
639 de serviços públicos que a lei estabelece. Informou que, em relação ao requerimento do
640 coletivo Voz Materna sobre alienação parental no anteprojeto de reforma do corte civil,
641 a comissão de juristas responsável pela revisão e atualização do código civil, ao entregar
642 o relatório final agora em abril, deliberou por não propor alterações nos dispositivos sobre
643 guarda e poder familiar, por entender que a divergência entre os membros daquela
644 comissão de juristas impediu a construção de consensos mínimos, mantendo-se, assim o
645 texto que já estaria em vigor no Código Civil, que não é o texto de alienação parental.
646 Informou que houve remessa ao Senado do conjunto de proposições sobre o tema e uma
647 solicitação de modo mais amplo para que o Senado possa discutir o tema, inclusive com
648 a convocação de audiências públicas, e seria encaminhado para o plenário do Senado a
649 consulta acerca do tema. Relatou que a Câmara Técnica de Legislação e Normas teria um
650 Grupo de Trabalho denominado “Juízo de Família e Violência Doméstica de
651 Competência Integral”, instituído pela Resolução Nº 2, de 1º de setembro de 2023, que
652 terminou em março o prazo e pediu que fosse renovada, uma vez que o prazo de vigência
653 terminou em março/2024. A Sra. Sandra Marrocos encaminhou para votação a proposta
654 de renovação do GT da Câmara Técnica de Legislação e Normas e foi aprovado por
655 unanimidade. Ponderou que era preciso ter muitos cuidados com a deliberação sobre o
656 aborto legal. Disse que era do conhecimento de todas que muitas adolescentes
657 engravidavam, mas que não podíamos defender que elas tenham direito ao aborto legal,
658 pois de acordo com os marcos legais regulatórios essa situação se enquadra em
659 prostituição infantil e exploração sexual da criança e da adolescente. A Sra. Vanja Andrea
660 defendeu que o conselho deveria se debruçar na nota técnica que o Ministério da Saúde
661 produziu, publicou e depois retirou. Sugeriu que o CNDM solicitasse que essa nota
662 voltasse a vigorar. Em relação aos serviços de atendimento às vítimas de violência sexual,
663 defendeu que se tratava de um serviço que deveria ser fortalecido e implementado, ou
664 seja, que os serviços que já estão constituídos pela lei brasileira, funcionassem. Propôs
665 que o CNDM tenha uma ação junto a outros conselhos, como o Conselho Nacional de
666 Saúde. Sobre a alienação parental, disse que considerar um documento do Ministério que
667 fale sobre síndrome de alienação parental requeria um debate mais consistente. Pontuou
668 que o coletivo Voz Materna havia trazido um documento para que esse Conselho se
669 manifestasse sobre a reforma e considerou que o conselho foi formal demais ao solicitar

670 o encaminhamento do documento via e-mail. Disse que se a Câmara tivesse convidado
671 uma representante do Voz Materna se sentiria mais tranquila e que não concordava que
672 esse debate sério fosse definido no “afogadilho”. A Sra. Alice Bianchini explicou que
673 elas tinham uma tarefa enquanto câmara técnica, e naquele momento não estavam
674 enquanto pleno, mas como câmara técnica relatando as atividades. Seguiu recapitulando
675 que chegou para o conselho um documento da Voz Materna pedindo para que se fizesse
676 uma análise sobre o trabalho feito pela comissão de juristas que estava reformando o
677 código civil, e que essa tarefa foi encaminhada para a Câmara Técnica de Legislação e
678 Normas. Relatou que nesse meio tempo, entre a chegada do documento para a câmara
679 técnica até o momento da reunião da câmara técnica onde iriam deliberar, a comissão de
680 juristas que foi constituída para apresentar um projeto de reforma do código civil
681 deliberou que, tendo em vista muita divergência entre a comissão, decidiu não deliberar
682 absolutamente nada sobre isso. Sendo assim, o requerimento do Voz Materna que chegou
683 para a câmara técnica pedindo para elaborar o que estava sendo feito, perdeu o objeto.
684 Explicou que também foi deliberado pela câmara que seria levado ao Pleno esse tema
685 para que o Pleno determinasse se era um tema que deveria ser levado a sério. Disse que,
686 nesse momento, já não era competência da câmara, e sim do Pleno, a deliberação se seria
687 constituído um grupo de trabalho, se seriam convidadas pessoas para palestrar. Disse que
688 considerava um tema importante, mas que a Câmara Técnica de Legislação e Normas não
689 iria tratar de temas que não fossem referentes a legislação e normas. Sobre a questão do
690 aborto, explicou que a câmara técnica deliberou exatamente a ideia de reforçar os serviços
691 de atendimento, pois analisaram que essa legislação de aborto legal não estaria sendo
692 devidamente atendida em relação às mulheres que necessitam desse serviço, e entenderam
693 que deveriam, enquanto conselho, fazer alguma atividade em relação a isso. Mas que
694 determinaram também que na Câmara Técnica de Legislação e Normas o tema aborto não
695 lhes competia, o que lhes competia era o tema aborto legal, porque temos uma lei e, além
696 de ser um serviço que não estaria sendo devidamente efetivado e implementado, nós
697 temos projetos de leis que estão buscando retrocesso em relação a este tema. Concluiu
698 sua fala dizendo que era necessário deliberar corretamente qual o objeto da câmara técnica
699 e o que a câmara acha que deve ir para o pleno. A Sra. Adélia Moreira Pessoa explicou
700 que a câmara não propôs nota de apoio, mas uma nota para garantia de acesso ao serviço
701 de realização de aborto legal. Disse que era contra o aborto e que acreditava que ninguém

702 quer fazer aborto, pois as pessoas fazem aborto porque necessitam fazer. Explicou que
703 dentro da lei, que existe há 80 no Brasil, o conselho precisava trazer a concretude, pois
704 seria dever do Estado garantir saúde, porque seria direito do cidadão e da cidadã. Explicou
705 que um desses direitos são os direitos sexuais reprodutivos. Explicou, também, que não
706 existe no Brasil uma lei que fala sobre síndrome da alienação parental, mas uma lei sobre
707 guarda de filhos que afasta quando existe alienação parental. Ratificou o que a conselheira
708 Alice Bianchini explicou, que a câmara técnica não respondeu ao requerimento da Voz
709 Materna a respeito da reforma do código civil pois a comissão de juristas remeteu o
710 trabalho para o Senado, pedindo que fossem abertas audiências públicas para debater o
711 assunto, e, por conta disso, a câmara não adentrou, porque considerou ser além da sua
712 atribuição. No entanto, ponderou que precisavam fazer uma nota, não de apoio, mas para
713 que se garanta acesso ao aborto legal e explicou que quando falou de meninas, seria
714 porque existe uma lei no Brasil que diz que toda a relação sexual com menores de quatorze
715 anos é estupro de vulnerável, então, por conta disso, pelo menos uma orientação a essas
716 meninas tem que ser dada nos serviços. Disse que em Sergipe tem o Centro de Referência
717 em Atendimento Infantojuvenil - CRAI, um serviço de atendimento à infância e
718 adolescência vítima de violência sexual. Explicou que seria, na realidade, uma nota
719 cuidadosa, cautelosa e que não estava fazendo ativismo naquele momento. A Sra. Mara
720 Feltes propôs que o conselho garanta a participação da representante do coletivo Voz
721 Materna em uma reunião do Conselho para saber o que elas estão pensando depois dessa
722 questão que aconteceu com a comissão de juristas e saber em que o conselho poderia
723 apoiar. A Sra. Sandra Marrocos sugeriu que, antes de tomar qualquer decisão em relação
724 a pauta do aborto legal, se fizesse um levantamento em nível nacional de quais seriam os
725 projetos de lei que estão aprovados ou que estão em andamento, e só então o conselho
726 emitisse nota solicitando o fortalecimento dos serviços de atendimento às mulheres
727 vítimas de violência sexual. Disse que, havendo concordância com a realização desse
728 diagnóstico, a Câmara Técnica de Legislação e Normas ficaria responsável. A Sra. Alice
729 Bianchini informou que o CNDM já tem uma nota técnica sobre o chamado estatuto do
730 nascituro, o PL 4871, e que seria interessante trazer de novo essa nota para socializar,
731 pois ela traz muita informação sobre esse tema, até para que todas do conselho possam se
732 apropriar dessas informações. A Sra. Valéria Cristina Vilhena informou que o Centro
733 Feminista de Estudos e Assessoria (CFÊMEA) já faz esse monitoramento de todos os PL

734 sobre a questão específica de tentativa de retrocesso do aborto legal. A Sra. Sandra
735 Marrocos leu o documento da Câmara Técnica de Legislação e Normas que solicita que
736 seja diligenciado o imediato encaminhamento deste Conselho ao Senado, os seguintes
737 documentos aprovados pelo Pleno: Nota Técnica - “O Projeto de Lei Complementar n.º
738 112/2021 e o Relatório no Senado Federal sobre os Direitos Políticos das Mulheres e na
739 Inclusão de Outros Grupos tidos como Minoritários”; Nota sobre novo Código Eleitoral:
740 Menos mulheres na política? Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema
741 Político Organizações Parceiras; Posicionamento das Conselheiras e Conselheiros de
742 Participação Social da Presidência da República sobre o Projeto de Lei Complementar
743 (PLP) nº 112/2021 que institui o novo Código Eleitoral. Foi aprovado por unanimidade.
744 A Sra. Vanja Andrea iniciou a apresentação da Câmara Técnica de Monitoramento das
745 PNPM relatando que a reunião foi uma construção no sentido de poder fazer avaliação,
746 análise e o debate de quatro políticas públicas que estariam em evidência pelo movimento
747 de mulheres e sendo esperada pelas mulheres brasileiras, ou seja, objetivando entender
748 como estaria a situação delas e como acredita-se que pode melhorar. Relatou que a
749 primeira Mesa teve como tema “Saúde menstrual no Brasil: um olhar sobre as políticas
750 públicas e seus desafios” que contou com a participação de Bruno Fernandes,
751 coordenador da política de dignidade menstrual, na farmácia popular, da doutora Daniela
752 Costa, líder do Coletivo Girl Up, e da doutora Rafaela Rosemberg Rollemberg, defensora
753 pública da união, a segunda mesa teve como tema “Política nacional de atenção integral
754 à saúde da mulher”, a terceira mesa teve como tema “A lei da igualdade salarial” e a
755 quarta mesa teve como tema “O enfrentamento à violência política de gênero: de olho nas
756 eleições de 2024”. Relatou que na mesa sobre saúde menstrual no Brasil, tiveram uma
757 exposição bem interessante feita pelo Bruno sobre tudo o que seria pertinente a essa
758 política. Propôs a realização de uma reunião com os ministérios da Educação, da Justiça,
759 das Mulheres, dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Social, no sentido de cobrar
760 de cada uma sua participação efetiva. Em relação ao debate sobre o Plano Nacional de
761 Atenção Integral à Saúde da Mulher, relatou que ele foi construído num período em que
762 a questão da diversidade não estava tão presente, então falta ainda a questão da mulher
763 negra e da mulher trans, por exemplo, mas informou que esse plano seria reformulado e
764 nessa reformulação teria participação de especialistas, de entidades e organizações, e que
765 o CNDM poderia ser convidado.



766 Relatou que na segunda mesa debateu-se sobre os direitos sexuais e reprodutivos e que a
767 câmara entendia que era preciso avançar no debate sobre como esses serviços estão
768 funcionando e que isso deveria fazer parte da agenda com Conselho Nacional de
769 Secretários de Saúde (Conass) e com o Conselho Nacional de Secretários Municipais de
770 Saúde (Conasems), porque eles são responsáveis por esses serviços em todo o território
771 brasileiro. Relatou que essa mesa contou com a presença da Helena Pirajibe, do Conselho
772 Nacional de Saúde, da Comissão de saúde da mulher e da Lígia Cardiari, coordenadora
773 da rede feminista de saúde. Relatou que no debate falou-se que nesse momento era muito
774 complicado falar sobre o aborto geral e irrestrito e que seria importante promover a
775 educação permanente em relação a essa questão da atenção às mulheres vítimas de
776 violência sexual. Relatou que não teve a participação da Secretaria de Trabalho, de
777 Autonomia Financeira e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres, onde
778 pretendia-se entender a situação da política, sua receptividade no comércio, nas
779 indústrias, quais seriam os principais problemas e como poderia avançar. Relatou que a
780 participação foi muito boa, com sessenta pessoas online. Propôs que o Conselho fizesse
781 um manifesto ou uma nota técnica contra o ataque à lei da igualdade salarial. Defendeu
782 que era preciso fazer um chamamento do Ministério das Mulheres, do Ministério do
783 Trabalho e das centrais sindicais para que pudesse ver de que forma o CNDM pode
784 colaborar com essa política. Avaliou que o CNDM está muito longe dessa construção.
785 Relatou que a última mesa debateu sobre o enfrentamento à violência política de gênero,
786 com a participação da Manuela Dávila, que foi uma pessoa que sofreu violência política,
787 da doutora Rafaela Micos, da Defensoria Pública da União, e da Sandra Marrocos, que
788 fez um depoimento sobre a violência política que sofreu. Pontuou que a violência política
789 de gênero não se dava apenas com quem disputa um mandato, mas acontece também
790 dentro dos partidos políticos e dentro das entidades. Argumentou que violência política
791 de gênero acontece onde a mulher ousa falar, onde a mulher ousa ocupar espaços de fala
792 e espaços de poder. Relatou que do debate saiu como encaminhamento a criação de um
793 projeto de lei, para que as mulheres que sofrem violência política de gênero, seja em qual
794 instância for, tenham proteção, inclusive financeira para quando a mulher tiver que se
795 refugiar. Disse que a Comissão de Mulheres do Tribunal Superior Eleitoral foi convidada,
796 mas não conseguiu estar presente, porém manifestou interesse em se reunir com o CNDM
797 para falar sobre a temática, que sugeriu uma reunião híbrida e ficou encaminhado que se

798 definiria consensualmente um horário para pudesse ser realizada. A Sra. Aldinéia
799 Machado Gomes relatou que esteve presente na reunião da Câmara Técnica de
800 Monitoramento das PNPM e pontuou sobre a questão da saúde menstrual no Brasil onde
801 observou que nesse programa a pessoa precisa ir até a estrutura das UBS para pedir uma
802 autorização na farmácia ou entrar no aplicativo GSUS. Argumentou que as mulheres
803 ribeirinhas, indígenas, quilombolas da região da Amazônia não tem acesso a esse
804 programa, pois até a internet é de difícil acesso. Sugeriu a criação de uma cartilha
805 informativa com o passo a passo de toda a estrutura. Sobre os absorventes, sugeriu que as
806 entidades poderiam fazer os absorventes por meio de cotas. A Sra Cleide Jane referente
807 à interlocução dos ministérios sugeriu incluir o Conselho da Criança e do Adolescente e
808 a Assistência Social. A Sra. Andremara dos Santos, referente à questão da violência
809 política, informou que o conselho é pioneiro, tendo inclusive definido o que era violência
810 política por meio de resolução, que era para ter sido encaminhado aos órgãos todos,
811 inclusive o Ministério Público Federal e Tribunal Superior Eleitoral, dentre outros.
812 Ressaltou a questão da necessidade de comunicação do Ministério para o conselho, do
813 conselho para as conselheiras, pois elas não ficavam sabendo o que está sendo feito.
814 Destacou a necessidade de melhoria também da comunicação intra conselho e inter
815 conselhos, porque a Câmara Técnica de Enfrentamento ao Racismo, presidida por
816 Deusimar Corrêa, já havia colocado essa convocação do Ministério da Educação,
817 Ministério da Saúde e outros para fazer essa prestação de contas e acredita que deveria se
818 fazer a convergência dessa pauta, para ir para o pleno. Defendeu que não se tem as
819 câmeras para separar, para dividir, mas sim para aprofundar. A Sra. Alice Bianchini
820 explicou que existe uma lei que trata da violência política de gênero que não retrocede,
821 mas que era importante entender a diferença entre violência política de gênero e crime de
822 violência política de gênero. Explicou que quando se fala de violência política de gênero,
823 amplia-se para uma camada de mulheres muito grande, mas quando se fala do crime,
824 existem elementos típicos, ou seja, não precisa a mulher ser mandatária para sofrer a
825 violência política, mas precisa ser mandatária para sofrer o crime de violência política de
826 gênero. Compartilhou o estudo que foi publicado recentemente no livro de sua autoria
827 intitulado “Manual de Direito Eleitoral e Gênero”, onde observou que não são todas as
828 mulheres que vão sofrer a violência política de gênero. Explicou que num primeiro
829 momento, quando são candidatas, quem estaria sofrendo a violência política de gênero

830 enquanto candidatas, são as mulheres do campo progressista, porque as mulheres
831 conservadoras conseguem falar. No entanto, as mulheres do campo mais conservador,
832 mesmo que no primeiro momento não sofram violência política de gênero, quando elas
833 começam a querer ter vida própria, pensamento próprio, ação própria e ser protagonista,
834 vem o partido político, seus companheiros, para cortar essa possibilidade. Citando a
835 reflexão de Manuela D'Ávila “*Não diga para que eu seja corajosa, porque ninguém pode*
836 *dizer isso para mim, que eu tenho que ser corajosa e abrir mão da minha vida, da minha*
837 *tranquilidade, dos meus momentos de lazer, da minha saúde mental*”, defendeu que era
838 preciso dar as mãos para essas mulheres que estariam participando da política nesse
839 cenário. Aproveitou para dizer que a ABMCJ havia lançado um curso totalmente virtual
840 chamado “Mais Mulheres na Política” onde seriam trabalhados muitos temas importantes.
841 Afirmou que seria muito importante a participação das conselheiras, porque entendia que
842 todas precisam se apropriar do conhecimento para que se possa, inclusive, transmitir esse
843 conhecimento para quem não tem o privilégio de conviver com tantas colegas que trazem
844 tanto conhecimento. A Sra. Berenice D’arc Jacinto argumentou que a educação é um
845 espaço importantíssimo para construir esse diálogo. Relatou que quando Lula incluiu o
846 debate da sexualidade na escola a educação trouxe outra qualidade para a discussão, pois
847 com a educação sendo protagonista, seria possível atingir uma parte muito maior do que
848 a saúde conseguiria. Pontuou que o Conselho Nacional de Educação precisava mudar a
849 sua postura, inclusive em repensar temas como a perspectiva da inclusão das crianças,
850 das mulheres, das meninas, das adolescentes nesse processo, bem como dialogar sobre o
851 currículo que ainda é conservador. Relatou que docentes sofrem assédio quando tratam
852 do currículo e procuram fazer o debate de inclusão e de pluralidade, considerando a
853 diversidade brasileira. Pontuou que o governo tem GT sobre tudo e que era extremamente
854 importante que pudessem se apropriar e trazer os debates dos GTs para o Conselho, para
855 ter deliberação sobre eles. A Sra. Tereza Godinho pontuou que todos os dias, todas as
856 mulheres são vítimas da violência de gênero, que é estrutural, e que essa violência poderia
857 ser sofrida através de um olhar, uma forma de falar ou até mesmo a violência de ser
858 ignorada. Pontuou que houve um planejamento na 74ª Reunião Ordinária do CNDM e
859 questionou se essas questões foram incluídas no planejamento. Sugeriu refletir a respeito
860 do que seria feito com a análise sobre a questão da violência contra a mulher, para que
861 não ficasse engavetada. A Sra. Andremares dos Santos questionou sobre a apresentação



862 do relatório do planejamento. A Sra. Sandra Marrocos explicou que a pauta referente a
863 apresentação do relatório do Planejamento, que seria feito pela equipe da FIOCRUZ, foi
864 retirada em razão do RASEAM. A Sra. Vanja Andrea propôs chamar uma reunião
865 interministerial com todos os ministérios que estão dentro da política ou que deveriam
866 estar na política de dignidade menstrual, porque entende que o papel do CNDM seria
867 chamar todo mundo para conversar. Encerrada a reunião.